ANO XXIV • Nº 1191 • 6 A 12 DE MARÇO DE 2017 • www.sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA Sindical CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

8 de março de 2017

A aposentadoria fica, Temer sai!

Neste dia, em todo o país, praças, ruas e avenidas serão invadidos pela Marcha Mundial das Mulheres contra a reforma da Previdência, a violência de gênero e o desrespeito ao direito de escolha sobre seus próprios corpos.
A marcha vai denunciar à população os prejuízos que a reforma da Previdência do golpista Temer causará às mulheres.

No Rio de Janeiro: Concentração às 16h, na Candelária, e passeata até a Cinelândia.

Esta luta é de todos nós, companheiros!

Páginas 3 e 8

Reajuste dos 28,86% é direito adquirido!

Na quinta-feira, dia 9, às 14h, no auditório do Bezão (bloco B do CCS), o Sintufrj realiza mais uma assembleia para dar continuidade aos encaminhamentos às ações para o retorno dos 28,86% aos contracheques de cerca de 10 mil trabalhadores da UFRJ. Esse reajuste é uma conquista jurídica do Sindicato transitada em julgado, ou seja, um direito adquirido.
Estamos sendo alvo de um golpe baixo do governo Temer, e que pode não parar nos 28,86%. Pensem nisso, companheiros. O país vive num estado de exceção, por esta razão é necessário mobilizar para que a Justiça cumpra o seu papel.

Página 5

DOIS PONTOS

Sintufrj põe o bloco na rua!

Contra a reforma da Previdência e em defesa de direitos

Fotos: Renan Silva

Embalados pelas marchinhas dos companheiros Orlandinho, Justina e Elliu, técnicos-administrativos de várias unidades promoveram o "Grito de Carnaval Contra a Reforma da Previdência e em Defesa de Direitos". A concentração dos foliões foi nas escadarias do Centro de Ciências da Saúde (CCS), a partir das 15h. Neno do Banjo e Grupo comandou a batucada.

O grito de carnaval da categoria organizado pelo Sintufrj foi um esquenta para o Bloco Fora Temer, que sacudiu a Praça da Cinelândia na abertura do carnaval carioca, na sexta-feira gorda de 24 de fevereiro.

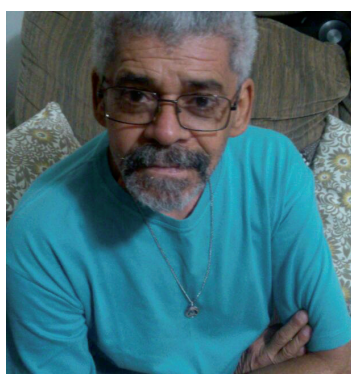
O ano promete ser de muita luta para os trabalhadores da UFRJ e para todo o país, por isso foi uma ótima alternativa protestar esquentando os tamborins.

Adesão à Amil

O Setor de Convênios informa que será aberta a adesão ao Plano de Saúde Amil no período de 6 a 24 de março. O sindicalizado poderá fazê-la na sede da entidade, no Fundão, e na subsede sindical da Praia Vermelha. Mais informações pelos telefones (21) 3194-7102/7103.

Nota de falecimento

ALDENIR Vieira Duarte



DERCINVAL Oliveira

Com pesar informamos o falecimento dos companheiros Dercinval Oliveira de Assis, 68 anos, ocorrido no dia 14 de fevereiro, e Aldenir Vieira Duarte, 52 anos, no dia 5 de fevereiro.

Dercinval trabalhava no Departamento de Recursos Humanos do Hospital Universitário e foi dirigente do Sintufrj. Aldenir era servidor do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG).

Informe jurídico

Comunicamos às pessoas abaixo relacionadas que o alvará para pagamento do precatório (RT 2088 / 1989 – 17ª Vara de Trabalho) já foi liberado pela Vara de Trabalho. Solicitamos que entrem em contato urgente com o escritório do advogado Hermann Assis Baeta pelo telefone (21) 2220-0875 para tratar sobre o recebimento dos valores devidos.

Paulo Cesar Maia, Angela Ana Rosa de Sá, Antônia de Jesus Costa, Arlete dos Santos, Diana Pacheco Marinho, Geraldo da Costa França, Jorge Montessi, Irany Sá da Silva, Iracy Ramos, Carlos Joaquim da Silva Gomide, Lya de Araújo Pinho, Maria de Lourdes Paes Reis, Nely dos Santos Pereira, Pedro Ferreira Pompeu, Raymundo Pereira Cavalcante, Cidnei Vieira de Souza, Teresa Cristina Melo Sampaio, Therezinha de Jesus T. de Farias, Vera Lúcia Trigueiro da Costa e Vicente de Paula Nóbrega da Silva.

Declaração do Imposto de Renda

O Setor de Convênios também informa que se encontra à disposição no Sintufrj a declaração para o imposto de renda de 2017 (ano-base 2016) do valor pago à Amil. A retirada pode ser feita na recepção da entidade ou no Setor de Convênios. O sindicalizado pode também acessar sua declaração pela página on line do Sintufrj.

JORNAL DO Sintufrj
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Rafael Coletto Cardoso, Milton Sérgio Santos Madeira e Aluizio Nascimento / **Conselho Editorial:** Coordenação-Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** Amag / **Reportagem**: Amag, Eac e Regina Rocha / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto, Jamil Malafaia e Edilson Soares / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 6.500 exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação.
Tel.: (21) 3194-7100 **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

Mulheres vão às ruas contra a Reforma da Previdência

Este ano, as trabalhadoras vão às ruas no 8 de Marco, Dia Internacional da Mulher, para soltar a voz contra a violência de gênero e o desrespeito ao direito de escolha sobre seus próprios corpos, e também para denunciar os graves prejuízos que a Reforma da Previdência causará especialmente à população feminina.

Os efeitos da proposta de reforma que será votada até abril no Congresso Nacional são cruéis. Por exemplo: iguala a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem, inclusive para categorias como professores e trabalhadores rurais; acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição e amplia o tempo de contribuição sem levar em consideração as diferenças sociais entre gêneros. E para piorar ainda mais, a medida propõe a desvinculação dos benefícios da Previdência do salário mínimo.

Os mais afetados

Os setores mais afetados serão o de mulheres, camponeses e trabalhadores rurais. Para as mulheres, a proposta é passar a idade mínima para se aposentar dos atuais 60 anos para 65, somada ao tempo de contribuição, que sobe de 15 para 25 anos. O governo golpista de Temer e os aliados argumentam que as mulheres vivem, na média, mais tempo que os homens e que elas já ocupam igualmente os postos de trabalho. Por isso, afirmam que as mulheres devem se aposentar mais tarde e com regras iguais aos dos homens.

A economista da Unicamp Marilane Teixeira, afirma que os argumentos são contraditórios com a realidade e, caso se aprove o projeto com essas condições, a desigualdade aumentará. Ela sustenta que a proposta significa estender o período de vida laboral das trabalhadoras, retardar a solicitação do benefício e diminuir o valor do benefício quando conquistado. "O erro do projeto é de igualar realidades tão distintas, porque o Brasil é muito diverso e muito desigual para comparar condições de vida, de moradia e regionais entre mulheres e homens. Então, este projeto cria uma média igual que não é real", comenta Marilane.

Nalu Faria, da Marcha Mundial das Mulheres, destaca que não se pode dar tratamento igual aos desiguais.

"Todas as políticas sociais têm enorme impacto sobre as mulheres. Nós temos salários mais baixos e nos responsabilizamos pelos cuidados dos filhos. No caso, a Previdência tem um papel fundamental de proteção. O endurecimento das regras atinge mais as mulheres: somos mais intermitentes no mercado de trabalho, o período de desemprego é maior, estamos mais nos setores informais. Não se pode tratar igualmente os desiguais: as mulheres não têm as mesmas condições que os homens; os rurais não enfrentam as mesmas situações que os urbanos", argumenta Nalu.

Segundo análise do advogado Francisco Bordas, em artigo para a Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária, as mudanças pretendidas atingem, em especial, a mulher com menos de 45 anos e o homem que não tenha completado os 50.

Sobrecarga feminina é desconsiderada

De acordo com a Nota Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) número 168, de janeiro de 2017, o Regime Geral da Previdência conta atualmente com 74,5 milhões de contribuintes, dos quais 76% (ou seja, 54,5 milhões) estão abaixo das idades mínimas de 45 (mulher) e 50 (homem). No serviço federal a situação não é muito diversa – a grande maioria da força produtiva (pessoal ativo) está abaixo das idades mínimas propostas. Dados do Ministério do Planejamento datados de outubro de 2016 indicam que, dos 583.861 servidores em atividade, 60% têm idade inferior a 50 anos.

"Infelizmente as informações não esmiúçam estes números conforme o gênero, apesar de sabermos que 46% dos ativos são mulheres. Outro dado é o de que a idade de corte proposta é maior do que a idade média do servidor em atividade, conforme dados do próprio Ministério, que apontam como 44 a idade média da servidora e 46 do servidor", observa o advogado.

As mulheres perdem mais porque enfrentam dupla e até tripla jornada de trabalho. E sua situação se agrava muito mais se for uma professora de educação infantil, ensino médio ou fundamental, pois os novos requisitos propostos implicarão um aumento de praticamente 60% no tempo necessário para aposentadoria. "Este fato decorre de uma igualdade fantasiosa entre homens e mulheres que só tem efeitos práticos na redução de direitos destas últimas. Somente se justificarão requisitos para aposentadoria iguais entre os gêneros quando as obrigações e direitos (em sua totalidade) forem iguais para ambos os sexos; o Brasil está longe disso", afirma Bordas.

A partir deste ano, governos da América Latina e Caribe se comprometem a empoderar mulheres no trabalho

As consultas regionais prévias para a 61ª Sessão da Comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Situação das Mulheres (CSW61, na sigla em inglês) resultaram no posicionamento para se adotar medidas efetivas para promover o empoderamento econômico das mulheres no mercado de trabalho.

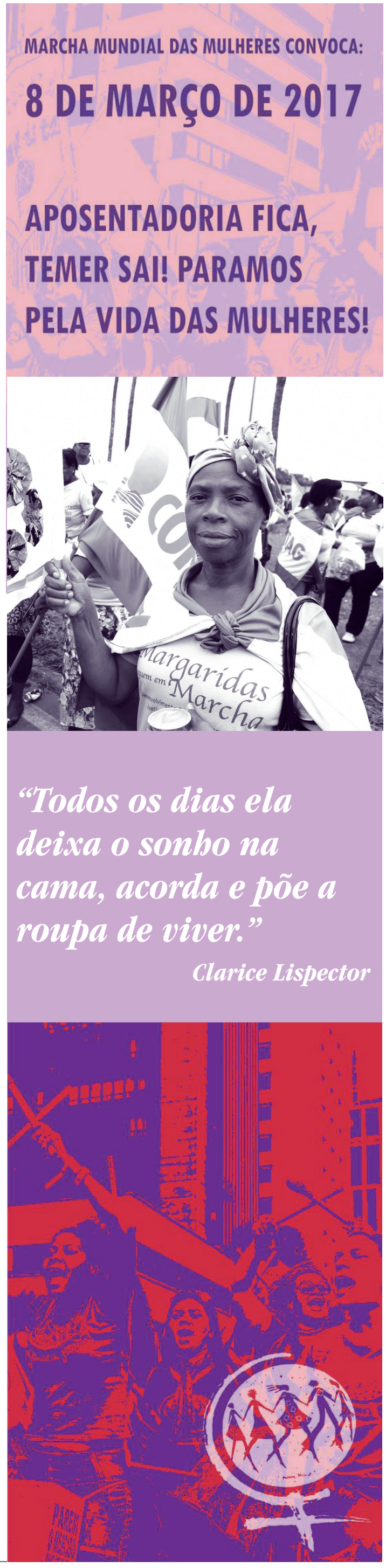
O posicionamento se traduziu na Declaração do Panamá, que aponta a necessidade de as políticas macroeconômicas mitigarem o impacto da recessão no emprego das mulheres. A CSW é o principal órgão intergovernamental dedicado exclusivamente à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres em âmbito mundial, e sua 61ª sessão acorrerá entre 13 e 14 de março, em Nova Iorque, EUA. Será a primeira vez que num fórum intergovernamental global será abordado o empoderamento das mulheres no mercado de trabalho.

Dados

Segundo a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), em 2016, o PIB regional se contraiu pelo segundo ano consecutivo, e, para 2017, as projeções são de um crescimento modesto de 1,3%. A Declaração do Panamá também aborda a necessidade de superar as barreiras estruturantes que impedem o pleno acesso das mulheres ao trabalho decente.

Diante da diferença salarial de 19% entre homens e mulheres na região, os governos exigem legislação que garanta o direito a igual salário por trabalho de igual valor e assegure mecanismo para monitorar o seu cumprimento. Entretanto, na América Latina e Caribe, estima-se que 59% das mulheres trabalham no setor informal, com níveis mais elevados entre mulheres indígenas, negras e jovens. Para enfrentar esses desafios, a proposta é incrementar os salários mínimos e garantir o acesso de todas as mulheres aos sistemas de proteção social.

As autoridades participantes consideraram a urgência de reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado na América Latina e Caribe, onde as mulheres dedicam entre duas e cinco vezes mais horas do que os homens nas tarefas domésticas.



"Todos os dias ela deixa o sonho na cama, acorda e põe a roupa de viver."

Clarice Lispector

MANIFESTAÇÃO

Em defesa da autonomia universitária e de direitos adquiridos

Técnicos-administrativos em educação da UFRJ realizaram manifestação em defesa da autonomia universitária e contra o corte de conquistas judiciais durante o seminário realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), na Casa da Ciência, em Botafogo, na manhã do dia 20.

O seminário, que debateu prerrogativas da autonomia universitária (pela manhã) e conjuntura nacional e perspectivas diante da situação política do país (à tarde), reuniu reitores das principais universidades federais do país. Foi realizado na UFRJ, como um ato de desagravo em defesa das universidades, que, segundo a presidente da entidade, Ângela Paiva, sofreram sansões contra a autonomia.

Fotos: Renan Silva

TÉCNICOS-administrativos participam do seminário da Andifes, na Casa da Ciência

ASSIS, coordenador do Sintufrj, entrega a carta à direção da Andifes

O caso na UFRJ

O reitor Roberto Leher e a ex-dirigente do Centro Acadêmico de Engenharia da Escola Politécnica Thais Raquel Zacharia são alvos de ação civil pública pelo Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro por terem divulgado e participado, em abril de 2016, no IFCS, do ato Em Defesa dos Direitos Sociais e das Conquistas Democráticas.

Outras universidades presentes ao seminário também sofreram represálias do Ministério Público Federal por promoverem debates internos, sendo acusadas de realizar atividades de caráter partidário.

Protesto do Sintufrj

Os manifestantes saíram às 8h da sede do Sintufrj no Fundão em ônibus fretado pela entidade de classe, com bandeiras e cartazes. O coordenador-geral da entidade e dirigente da Fasubra, Francisco de Assis, entregou uma carta à presidenta da Andifes, Ângela Paiva, na qual a entidade manifesta apoio à luta pela garantia da autonomia universitária e protesta contra o corte inconstitucional do reajuste de 28,86% garantido pela Justiça há 21 anos para mais de 10 mil servidores da UFRJ, entre ativos e aposentados, técnicos-administrativos em educação e docentes. O documento também solicita o apoio da associação à luta da categoria pela recuperação dos percentuais nos contracheques.

"Primeiramente, fora, Temer! Para nós é muito importante esta manifestação da Andifes aqui na UFRJ, principalmente neste momento. E estamos aqui para manifestar nossa solidariedade e apoio à luta em defesa da autonomia universitária e também à luta dos trabalhadores contra todos os ataques que estão sofrendo", disse ele.

Assis lembrou que os trabalhadores das Ifes contaram com o apoio da Andifes na luta contra a PEC 55 (que congela gastos sociais por 20 anos), mas que hoje, em algumas universidades, a categoria (que fez greve nacional) sofre retaliações por parte do governo.

"Precisamos do apoio da Andifes, porque a conjuntura atual pede que os movimentos e as organizações sociais caminhem juntos em defesa da universidade pública e de qualidade", pontuou o dirigente sindical, lembrando que a UFRJ está sob mais um ataque à sua autonomia com o corte dos 28,86%.

Trechos do documento

"A liberdade de expressão no debate político é outra característica da qual deve gozar a comunidade acadêmica universitária. É notável a tentativa de cercear o questionamento ao processo de impeachment durante o ano de 2016 conduzido por um presidente da Câmara hoje preso por corrupção.

Fatos recentes, como a intervenção na nomeação das dirigentes eleitas da Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Federal de São Paulo, demonstram a disposição dos que hoje exercem o poder. Nos colocamos em oposição contra todos estes ataques.

No caso da UFRJ, estamos vivendo o drama do criminoso ataque do Ministério do Planejamento aos contracheques de mais de 8 mil servidores. Por meio de atitude que fere a autonomia universitária e sem nenhum lastro legal, o MPOG alterou a folha de pagamento constituída pela Pró-Reitoria de Pessoal", diz o texto do documento entregue à Andifes.

Temáticas urgentes

"Autonomia é uma prerrogativa, direito inerente à missão da universidade", disse a presidente da Andifes, Ângela Paiva, reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, acrescentando que nos últimos tempos os ataques à autonomia se agravaram, e citou como exemplo o caso das universidades de Goiás, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, entre outras, que estão sofrendo intervenções do Ministério Público Federal: "Atribuímos esse agravamento a um momento de crise econômica, política e ética pelas quais estamos passando no Brasil."

Ângela Paiva explicou que a Andifes propôs a realização do debate no Rio de Janeiro e dentro da UFRJ de forma a se constituir um ato de desagravo a universidade e reitores que sofreram ações por parte do MPF pela realização de eventos e debates envolvendo toda a comunidade.

"Declaro que esta atividade aqui se configura como ato de desagravo com estes comportamentos que atingem em cheio a autonomia da universidade", disse, sob intensas palmas.

O reitor da UFRJ, Roberto Leher, ao abrir o debate, afirmou: "A dimensão política é intrínseca à instituição universitária, e, quando membros destas esferas do Judiciário tentam silenciar de alguma forma e criminalizar a liberdade de pensamento e de expressão nas universidades, estão afrontando diretamente a Constituição Federal e, sobretudo, a função social da universidade".

Anormalidade institucional

Professores da Unirio, UFMG, e USP debateram aspectos que envolvem a autonomia universitária, como o financeiro, administrativo, didático e científico, e criticaram o corte no orçamento e a liberdade de expressão nas Ifes. Mas foi o professor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ Geraldo Prado quem tocou mais profundamente na polêmica da afronta do Ministério Público Federal à autonomia.

Para o professor, o que está ocorrendo não é uma situação de "crise", conforme se referem alguns reitores, mas "um estado de anormalidade institucional constitucional". E citou como exemplo a decisão judicial que proibiu o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UFRN de realizar uma assembleia. Segundo Prado, o MPF, ao acusar professores, estudantes e técnicos-administrativos de empregarem bens da universidade para fins político-partidários, tem tudo a ver com a "escola sem partido".

"Autonomia significa dizer não ao consentimento. Conhecimento não é consentimento", afirmou, acrescentando que o momento é de resistência. "Temos que melhorar internamente, mas sabendo para quem melhoramos. Não podemos melhorar excluindo das universidades aqueles poucos que, com muito esforço, conseguimos incluir nos últimos tempos", concluiu, sob aplausos.

Leher encerrou o debate manifestando preocupação com a possibilidade do retorno da repressão à liberdade de pensamento ("delito de opinião política e de pensamento"), e citou como exemplo quando, "em 1964 ou 1965, a UNB perdeu 80% de seus professores por causa de leituras de pensamento consideradas inadequadas".

A estudante Thais Zacharia agradeceu o apoio de entidades como Sintufrj e Adufrj. "A gente não deveria estar aqui implorando autonomia, isso deveria ser assegurado", afirmou.

O vídeo do seminário está no Facebook e Twitter da UFRJ.

28,86%

Direito adquirido tem três frentes de luta: ação judicial, administrativa e de mobilização

Se não lutarmos agora pela manutenção dos 28,86%, podemos perder muito mais no futuro

Fotos: Renan Silva

ANDRE Viz

ASSEMBLEIA esvaziada mostra que a categoria ainda não sentiu o golpe

Até o fechamento desta edição do Jornal do Sintufrj, na quinta-feira, dia 23 de fevereiro, o Judiciário não havia se pronunciado sobre os recursos interpostos pela assessoria jurídica do Sintufrj para que os 28,86% retornassem aos contracheques dos cerca de 10 mil trabalhadores da UFRJ.

Desde o dia 10 de fevereiro, quando a Reitoria informou oficialmente à direção do Sintufrj que havia recebido ofício (com data de emissão de 24 janeiro) do Ministério do Planejamento comunicando o corte da "correção salarial" dos 28,86%, que a assessoria jurídica da entidade atua full time para reverter a arbitrariedade.

Na terça-feira, dia 21 de fevereiro, a direção do Sintufrj realizou nova assembleia (às 10h, no auditório do CT), com a presença do advogado André Viz e do pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, para atualizar a categoria sobre as ações jurídicas e administrativas que estão sendo adotadas com o objetivo de garantir os 28,86% nos contracheques dos trabalhadores.

Para relembrar

Embora apenas 170 pessoas estivessem presentes no CT, a assembleia se estendeu por mais de três horas. A exemplo do que ocorreu na assembleia anterior (dia 14 de fevereiro), o assessor jurídico do Sintufrj fez um histórico do processo dos 28,86%, das muitas idas e vindas ao Judiciário e a Brasília, ao longo dos últimos anos, para não permitir que o reajuste saísse dos salários dos cerca de 10 mil trabalhadores da UFRJ, entre ativos e aposentados, técnicos-administrativos e docentes sindicalizados ao Sintufrj.

Os 28,86% é resultado de uma ação vitoriosa do Sintufrj reivindicando da Justiça isonomia com os militares, que, em 1993, tiveram seus salários reajustados pelo governo com esse índice. Em fevereiro de 1997, o Supremo Tribunal Federal (STF) acatou o pleito e estendeu o reajuste aos servidores do Executivo. Mas a alegria durou pouco, pois os 28,86% só foram pagos nos meses de março e abril daquele ano. O presidente da República Fernando Henrique Cardoso manobrou o quanto pôde judicial e politicamente para não dar continuidade ao pagamento.

Até que em dezembro de 2002 finalmente o reajuste foi para a folha de pagamento. A partir daí a luta do Sintufrj foi em conquistar para a categoria o direito ao recebimento dos atrasados dos 28,86% desde 1993.

Uma nova batalha

No decorrer de todos esses anos os 28,86% sempre estiveram sob ameaça. Em 2004, por exemplo, houve uma tentativa de corte do reajuste, mas a Procuradoria da UFRJ ratificou a eficácia da decisão do STF. Mas desta vez o governo concluiu o seu intento. Como os 28,86% são um direito adquirido reconhecido pela própria Justiça, o Sintufrj, com a Reitoria, está em campo pelo seu retorno aos contracheques.

Agnaldo Fernandes prestou contas na assembleia das ações administrativas empreendidas pela Reitoria para retornar os 28,86% à folha de pagamento da UFRJ: "Estamos conversando com o Ministério do Planejamento, e conseguimos agendar uma reunião com o Tribunal de Contas da União (TCU), mas somente para o dia 10 de março, que é uma data muito longe. Então, procuramos alguns parlamentares para que tentem sensibilizar o TCU a antecipar esse encontro".

Desrespeito à autonomia universitária

Na avaliação da direção sindical e da assembleia, a retirada dos 28,86% é mais um golpe do governo ilegal de Michel Temer à autonomia universitária da UFRJ. O que já ocorre em relação aos cortes no orçamento, impondo à universidade uma realidade de mendicância, e também se traduz na ação civil pública movida contra o reitor Roberto Leher e a ex-coordenadora do Centro Acadêmico de Engenharia da Escola Politécnica Thais Zacharia, pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, por terem divulgado e participado de ato em defesa da democracia, no IFCS, em abril de 2016.

Mobilização

A categoria que está indo às assembleias tem manifestado o mesmo entendimento da diretoria do Sintufrj: sem que haja uma reação contundente dos trabalhadores da UFRJ, vai ser mais difícil o Judiciário atual cumprir o que manda a lei, ou seja, não se permitir influenciar politicamente e reafirmar que o processo dos 28,86% já foi transitado em julgado, portanto, é direito adquirido.

Mobilização é a palavra de ordem. Atos e outras manifestações políticas, inclusive greve, estão na pauta do Sintufrj para serem implementadas paralelamente às ações jurídicas e administrativas, esta última por conta da Reitoria.

Uma das propostas de luta é realizar uma grande mobilização com todos os companheiros das instituições federais de ensino superior (Ifes) que estarão participando da plenária nacional da Fasubra nos dias 16 e 17 de março, em Brasília, em frente ao Ministério do Planejamento. Se for necessário, o Sintufrj providenciará a ida de reforço da base da UFRJ.

Agenda de luta

■ **8 de março: Dia Nacional de Luta.** Participação da categoria na manifestação e / ou adesão à paralisação de 24 horas dos servidores públicos federais, conforme indica a Fasubra.

■ **Quinta-feira, dia 9/3:** Assembleia, às 14h, no auditório Bezão (bloco B do CCS). Pauta: 28,86% e paralisação contra a Reforma da Previdência.

. Pela manhã, a bancada técnico-administrativa no Conselho Universitário irá se manifestar firme contra esse último ataque do governo à autonomia universitária e solicitar apoio à luta dos servidores pelo retorno dos 28,86% aos contracheques.

■ **Terça-feira, dia 14/3:** Sintufrj realiza assembleia para discutir e encaminhar a situação dos aposentados em relação aos 26%. Horário e local a confirmar.

■ **Quarta-feira, 15/3:** Dia Nacional de Paralisação. O Sintufrj participará do debate sobre a Reforma da Previdência Social junto com a Adufrj, DCE Mário Prata, APG e a Attufrj, às 15h, no IFCS (sala 102). Debatedora: professora do Instituto de Economia da UFRJ Esther Dweck. Em seguida, a categoria engrossará o ato público no Centro do Rio, convocado pelas centrais sindicais e pelas Frentes de lutas.

CRIME CONTRA A POPULAÇÃO

Pezão privatiza a Cedae sob escolta das Forças Armadas. Vai ter luta!

Fotos: Internet

TRABALHADORES protestam em frente à Alerj e saem em passeata até a sede da Cedae, na Avenida Presidente Vargas, onde a repressão policial foi mais intensa. A bancada oposicionista promete ir à Justiça para anular a venda da empresa. A estatal é lucrativa e atende a 64 dos 92 municípios do estado

PLACAR da Alerj: 41 deputados votaram pela venda da Cedae e 28 foram contrários

O texto-base, enviado pelo governo de Luiz Fernando Pezão (PMDB), de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) foi aprovado em votação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) no dia 20 de fevereiro, sob forte confronto entre manifestantes e policiais militares, com 41 votos a favor e 28 contrários. Vinte manifestantes, a maioria estudantes, foram presos.

Nove mil soldados do Exército e da Marinha vieram para o Rio para conter os protestos durante a votação de privatização da Cedae. O pedido foi feito pelo governador com o pretexto, também, de garantir a segurança dos foliões do carnaval. Além da ajuda das Forças Armadas, Pezão se valeu da distribuição de cargos no alto escalão de seu governo para garantir a venda da empresa pública.

A Cedae atende a 64 dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro e dá lucro. Por falta de políticas públicas voltadas aos interesses dos cidadãos, principalmente daqueles que vivem em áreas pobres, a eficiência da empresa sempre foi questionada quando divulgados dados tais como: a coleta de esgoto atende apenas 38,8% da população. A Cedae tem 5.900 trabalhadores ativos e aproximadamente 3.500 terceirizados.

Emendas

Na terça-feira, 21 de fevereiro, os deputados aprovaram duas das emendas votadas nesse dia. Uma delas manterá a tarifa social que beneficia mais de 1,2 milhão de pessoas em 900 comunidades, mas o subsídio ficará sob a responsabilidade da empresa que assumir o serviço. Outra emenda acolhida, referente ao uso dos R$ 3,5 bilhões de empréstimos, teve seu texto modificado pela liderança do governo. Este substituiu a palavra "exclusivamente" pela "prioritariamente", em alusão à destinação do empréstimo para o pagamento dos salários dos servidores públicos.

Mesmo com a aprovação da privatização da Cedae, a autorização para o empréstimo ainda depende da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei Complementar que cria o Regime de Recuperação Fiscal. O projeto do governo golpista Temer exige que os estados cumpram uma série de medidas para receber a ajuda financeira. Entre as contrapartidas estão a autorização para a privatização de empresas estatais dos setores financeiro, de energia e de saneamento; o aumento da contribuição previdenciária dos servidores para, no mínimo, 14% e a redução de incentivos tributários em, no mínimo, 20% ao ano. Além disso, será proibido conceder reajustes salariais e contratar pessoal.

Resistência

Desde o ano passado, servidores públicos, movimentos populares e trabalhadores da Cedae vêm realizando diversos protestos contra a venda da empresa e as medidas propostas pelo governo Pezão que retira direitos e precariza ainda mais o servidor público no Estado do Rio de Janeiro. Este ano as manifestações se intensificaram, e com os protestos a repressão policial aumentou. Nos últimos atos, o Centro do Rio ficou sitiado, praticamente se transformou num campo de guerra, com carros blindados contra a população e uso de armas não letais, mas que ferem até mortalmente.

O clima no Centro da cidade não foi diferente no dia em que a Alerj entregou a Cedae à iniciativa privada. Os trabalhadores da empresa chegaram cedo em frente à Alerj e, após a decisão, saíram em passeata em direção ao prédio da Cedae, que fica na Avenida Presidente Vargas, que chegou a ser fechada nos dois sentidos.

Os confrontos com a polícia foram intensos. Houve muita correria, e os policiais do Batalhão de Choque lançaram bombas de gás lacrimogêneo, ferindo muitas pessoas. Os manifestantes se defendiam atirando objetos nos PMs. Pelo menos 20 pessoas foram presas em frente à Cedae.

A luta continua

Mas a privatização da Cedae ainda tem capítulos a serem escritos. Deputados da oposição prometeram ir à Justiça contra a venda da empresa. Os trabalhadores da Cedae iniciaram uma greve e prometem mais resistência. A crise do Rio, por sua vez, não se resolverá de bate-pronto. São quase 500 mil servidores públicos que, além de já estar com salários atrasados (exceção da área de segurança pública e da educação), não verão seus salários de janeiro completos até 15 de março. E as medidas que ainda estão para ser votadas na Alerj e que impõem mais arrocho aos servidores trarão mais protestos e confrontos entre trabalhadores e policiais nas ruas do Rio.

A situação política do governador do Rio está numa corda bamba. Pezão tem um pedido de impeachment protocolado pelo PSOL e teve seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral. Seu padrinho político, Sérgio Cabral, é réu em 147 crimes de lavagem de dinheiro e acusado de liderar um monumental esquema de propinas, alimentado por obras públicas do Estado do qual Pezão afirma que nunca suspeitou. Pezão também já foi citado em algumas delações da Operação Lava-Jato.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Vozes corajosas serão necessárias para enfrentar 2017

Relatório anual da Anistia Internacional revela que há no Brasil aprofundamento de violações e riscos de retrocesso em direitos conquistados

Fotos: Divulgação

MARÉ vai às ruas denunciar a violência policial na comunidade

A Anistia Internacional (AI), movimento global pelo cumprimento dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, independente de governos, divulgou, no dia 21 de fevereiro, seu relatório anual "O Estado dos Direitos Humanos no Mundo (2016/2017)". O documento denuncia que 2016 foi um ano de medo implacável para o mundo, porque governos e grupos armados abusaram dos direitos humanos de incontáveis maneiras.

"A realidade é que começamos 2017 num mundo bastante instável, cheio de agitação e incertezas sobre o futuro", aponta o documento, frisando: "A retórica do ódio, da divisão e da desumanização liberou os instintos mais sombrios da natureza humana. Ao jogar a responsabilidade coletiva por problemas sociais e econômicos em grupos específicos, em geral minorias étnicas ou religiosas, os que detêm o poder deram passe livre para discriminação e crimes de ódio, em especial na Europa e nos EUA."

O estudo, que engloba condições dos direitos humanos em 159 países e territórios, aponta que nenhuma parte do mundo passou livre de repressão à dissidência. "A tentativa de silenciar as vozes críticas aumentou em abrangência e intensidade em boa parte do mundo", diz o relatório.

Heróis comuns vão se levantar

"Ao iniciarmos 2017, o mundo se sente instável e o medo do futuro prolifera. Ainda assim, é nessas horas que vozes corajosas são necessárias, e heróis comuns vão se levantar contra a injustiça e a repressão. Ninguém pode conquistar o mundo, mas cada um pode mudar seu próprio mundo. Cada um pode se posicionar contra a desumanização, agindo localmente para reconhecer a dignidade e os direitos iguais e inalienáveis de todos e construir assim os alicerces da liberdade e justiça no mundo. 2017 precisa de heróis dos direitos humanos", conclama o documento.

Situação das Américas

"Estamos enfrentando um dos ataques mais estruturados contra os direitos humanos nas últimas décadas. A retórica de ódio e antidireitos permeou o discurso e as ações da maioria dos líderes políticos da região, colocando a segurança e a vida de milhões de pessoas em risco", disse Érica Guevara-Rosas, diretora para as Américas da AI.

As Américas continuam entre as regiões mais violentas e desiguais do mundo. Nelas, o ano foi marcado pela tendência a uma retórica de combate aos direitos, racista e discriminatória nas campanhas políticas e por representantes do estado que foi aceita e normalizada pela grande mídia.

Nos EUA, Donald Trump foi eleito presidente em novembro depois de uma campanha polêmica e retórica discriminatória, misógina e xenofóbica.

A violência por parte das forças de segurança atingiu níveis alarmantes em países como o Brasil, Estados Unidos, México, Peru, Venezuela, El Salvador e Jamaica, entre outros, sem que as autoridades tomem medidas para refreá-la.

O estudo aponta, por exemplo, que países como Brasil, El Salvador, Honduras, Jamaica, México e Venezuela tiveram as taxas de homicídio mais altas do planeta.

Brasil: medidas do governo golpista restringem direitos

"A polícia continuou a fazer uso desnecessário e excessivo da força, em especial no contexto dos protestos. Jovens negros, principalmente os que moram em favelas e periferias, foram desproporcionalmente afetados pela violência por parte de policiais. Defensores e defensoras dos direitos humanos, em especial os que defendem os direitos a terra e ao meio ambiente, enfrentaram cada vez mais ameaças e ataques", diz a introdução do relatório relativo ao Brasil.

As taxas de homicídio e violência armada continuam altas em todo o país. Segundo estimativas, o número de vítimas de homicídios em 2015 era de 58 mil.

Rio de Janeiro

No Estado do Rio de Janeiro, a polícia matou, em média, duas pessoas por dia, enquanto a cidade se preparava para sediar os jogos olímpicos

Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais enfrentaram altas taxas de violência e discriminação em toda região das Américas, mas o Brasil continuou sendo o país onde mais morrem pessoas transgênero no mundo.

O documento informa que o "novo governo" que assumiu após o impeachment de Dilma Rousseff anunciou medidas e propostas que podem ter impactos sobre os direitos humanos, como a Proposta de Emenda Constitucional que limita gastos do governo pelos próximos 20 anos e que pode ter efeitos negativos nos investimentos em educação, saúde e outras áreas.

Nos jogos olímpicos de 2016

Dezenas de milhares de agentes de militares e agentes de segurança foram deslocados para o Rio de Janeiro; o número de pessoas mortas pela polícia na cidade imediatamente antes dos jogos (entre abril e junho) aumentou 103% em relação ao mesmo período de 2015.

Durante os jogos (5 a 21 de agosto), operações policiais foram intensificadas em áreas específicas, como favelas de Acari, Cidade de Deus, Borel, Manguinhos, Alemão, Del Castilho e Cantagalo. Moradores relataram horas de tiroteios intensos e abusos contra direitos humanos, com buscas domiciliares ilegais, ameaças e agressões físicas. A polícia admitiu ter matado pelo menos 12 pessoas durante os jogos e ter se envolvido em 217 tiroteios em operações policiais no estado.

Diversos protestos pacíficos durante os jogos foram reprimidos com uso excessivo e desnecessário da força.

Os homicídios pela polícia continuaram numerosos e, em alguns estados, aumentaram. No Estado do Rio, 811 pessoas foram mortas pela polícia entre janeiro e novembro. Houve relatos de diversas operações que resultaram em mortes, a maioria em favelas. Grande parte dos homicídios cometidos por policiais continua impune.

Reação ao impeachment teve repressão desmedida

O relatório apontou que o ano foi marcado por protestos majoritariamente pacíficos pelo país sobre o processo do impeachment, reforma educacional, violência contra as mulheres, impactos negativos dos jogos olímpicos, redução de gastos com saúde e educação. "Com frequência, a resposta da polícia era violenta, com uso excessivo e desnecessário da força".

Em maio, o governo interino extinguiu o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e o reduziu a uma secretaria do Ministério da Justiça, o que causou redução significativa dos recursos e programas dedicados a salvaguardar os direitos de mulheres e meninas.

Estudos demonstraram que a violência letal contra mulheres aumentou 24% durante a década anterior. De janeiro a novembro, foram reportados 4.298 casos de estupro no Rio de Janeiro.

FLAGRANTE da covardia de um policial contra uma manifestante no Centro do Rio

Exibição do documentário "On her shoulders"

Março é o mês dedicado a todas as mulheres de verdade e que não fogem da luta, e, para celebrar as trabalhadoras da UFRJ, o Sintufrj convida a comunidade universitária para participar de evento na terça-feira, dia 14 de março, no auditório do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida, ao lado da Prefeitura da UFRJ (Praça Jorge Machado Moreira, s/n).

Programação

- 9h – Abertura e café da manhã.
- 10h30 às 12h – Exibição do documentário "On her shoulders", produzido pela ONU Mulheres da Austrália em comemoração ao 8 de Março. Em tradução livre, "Nos ombros dela" mostra a história do Dia Internacional da Mulher, o processo de conquista de direitos das mulheres e abre a discussão sobre o que mais pode ser feito para alcançarmos a equidade de gênero. Logo após, debate, com a participação do Sintufrj, Adufrj, DCE Mário Prata, Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufrj), Movimento de Mulheres da Maré e o Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (UFRJ).
- 12h às 13h – Almoço.
- 13h às 15h30 – Oficinas livres de turbantes, patchwork, pintura e beleza.
- 15h às 16h – Encerramento, com aulão de dança ministrado pelos professores do Espaço Saúde Sintufrj.

Corrida da Mulher 2017

Como parte das atividades comemorativas pelo Dia Internacional da Mulher, o Espaço Saúde Sintufrj realiza, na quinta-feira, dia 16 de março, a Corrida da Mulher 2017. Venha e traga uma amiga ou amigo para correr com você.

Os percursos a serem cumpridos são de 2, 4 e 6 km, dentro do campus da Cidade Universitária.

Concentração – às 7h15.

Largada – às 7h45.

Local de encontro: Espaço Cultural do Sintufrj.

"Em defesa da garantia dos direitos humanos das mulheres"

No dia 21 de março, uma terça-feira, o Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida e o Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa realizam o seminário "Em defesa da garantia dos direitos humanos das mulheres" para celebrar o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

A atividade será realizada às 9h, no auditório do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (Iesc), prédio ao lado da Prefeitura Universitária, no Fundão.

Uma profissional completa na Divisão de Enfermagem do Hospital Universitário

Maria Cecília Pereira Bosa, enfermeira, tem 34 anos de profissão. No dia 21 de fevereiro, ela completou 32 anos de trabalho no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) onde, desde 2014, dirige a maior divisão da unidade: a de Enfermagem, que reúne em torno de mil profissionais. De muito bom humor, Maria Cecília tem um alto-astral contagiante. É daquelas mulheres felizes com a vida, porque se consideram realizadas.

No dia em que recebeu a reportagem do Sintufrj, Maria Cecília estava muito alegre. Afinal, comemorava os 32 anos de trabalho no HUCFF: "Sou extremamente feliz na minha profissão, pois é a que eu escolhi desde o início. Sou realizada; amo tudo o que eu faço. Adoro trabalhar no HU mais do que tudo. É um desafio, mas é um desafio de quem é guerreiro, de quem é forte e de quem é mulher! E viva as mulheres do HU! Viva!"

Experiência e dedicação

Seu início no HU, em 1985, foi como enfermeira de área na Clínica Médica, onde permaneceu por 14 anos. Maria Cecília se orgulha de ter trabalhado em todas as áreas do Hospital Universitário e de ter exercido várias funções dentro da enfermagem. Ela liderou equipe, exerceu chefia, foi supervisora e até ouvidora. Passou pelo Centro Cirúrgico, a Central de Material e a Emergência. "Hoje eu estou diretora, não sou diretora. Faço questão de chamar a atenção para isso", observa.

Mas para chegar no estágio atual, Maria Cecília tratou de se qualificar. Tem quatro especializações, MBA em Gestão e Saúde e mestrado na área de Cardiologia. "É a minha paixão", sublinha. Ela ainda trabalha no Instituto Nacional de Cardiologia – o servidor público que trabalha da área de saúde pode acumular dois empregos. Muito disposta e cheia de energia, Maria Cecília dispara: "E não canso. Danço, tenho minha casa de praia... Amo a minha vida. Sou mãe e quase vó".

Ao falar da reponsabilidade de estar à frente de uma divisão que é praticamente o coração do HU, e de comandar uma equipe significativa, formada em sua maioria por mulheres, Maria Cecília pondera: "A gente não comanda. Estamos aqui, na verdade, para trabalhar junto e tentar gerenciar de uma forma participativa a equipe de enfermagem".

Maria Cecília enaltece o espírito guerreiro das mulheres e garante: "Não vejo problema nenhum em trabalhar com um grupo maior do gênero feminino em nível gerencial. Na verdade, as questões que particularizam esse grupo, que são a maternidade, a TPM, todos os afazeres que sobrecarregam as mulheres, o acúmulo de funções só faz torná-las mais capazes e mais guerreiras", destaca.

"As mulheres são especiais"

Eloquente, Maria Cecília enaltece a garra e outras qualidades que tornam as mulheres tão especiais: "Somos mulheres, somos guerreiras, somos rainhas, somos delicadas, somos mães e somos amantes dos nossos maridos. E ainda vamos para a cozinha de avental e toca preparar quitutes para os nossos entes queridos. Acho que isso define a mulher. Mulher é tudo. É dor, é amor, é paixão, é raiva, enfim. E isso não atrapalha em nada a profissão, pelo contrário", afirma.

Do alto dos seus 56 anos orgulhosamente vividos, Maria Cecília dá o seu recado a todas as companheiras: "Mulheres, não esmoreçam, a luta é grande, mas a beleza da vida está nas conquistas!". E finaliza a entrevista afirmando sua plenitude: "Sou uma mulher completamente realizada. Hoje me perguntaram qual o botox que eu usava, e respondi: a felicidade! Ser bem amada e querida é tudo na vida!"